



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

24/05/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Primeira parcela do 13º salário do INSS começa a ser paga nesta quinta

A primeira parcela do 13º salário dos beneficiários do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) começa a ser depositada nesta quinta-feira (25) e será creditada juntamente com o pagamento regular do benefício mensal.

Anualmente, este abono é pago entre agosto e novembro. Contudo, a antecipação do pagamento foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 4 de maio.

Os primeiros a receber os créditos são os beneficiários que ganham até um salário-mínimo e possuem o Número de Identificação Social (NIS) com final 1. A partir de 1º de junho, começarão a receber aqueles que ganham mais que o piso nacional e têm cartão do NIS com final de inscrição 1 e 6. Todos os pagamentos vão ser feitos até 7 de junho.

Desde 1º de maio, o piso previdenciário é de R\$ 1.320,00. E o teto dos benefícios pagos pelo INSS continua sendo R\$ 7.507,49.

Ao todo, o investimento federal será de R\$ 62,6 bilhões e vai beneficiar mais de 38 milhões de segurados da Previdência Social. De acordo com INSS, o 13º salário do INSS é depositado a aposentados e pensionistas por morte, além daqueles que tenham recebido, neste ano, auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão. Por lei, não têm direito ao 13º salário do INSS os segurados que recebem benefícios assistenciais.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 24 de maio.

Desafio da Previdência é reduzir fila da perícia, diz Carlos Lupi

O maior desafio da Previdência Social é reduzir a fila da perícia médica: de 1,8 milhão de pessoas que aguardam atendimento do INSS, mais de 1 milhão esperam pela perícia.

A declaração é do ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, em entrevista ao programa Voz do Brasil desta segunda-feira (22). Lupi destacou que estão em curso mutirões para diminuir o tempo de espera, principalmente em locais remotos.

“Nós temos hoje cerca de 3 mil peritos para cuidar do Brasil inteiro. E o que acontece? No interior do Brasil é difícil o acesso. Você vai, por exemplo, de João Pessoa até Campina Grande, é fácil, mas no interior da Paraíba é mais difícil. A mesma coisa no Rio Grande do Norte. Imagina na Amazônia, onde você só tem acesso a alguns municípios de barco. Então nós estamos começando a fazer um mutirão, no qual nós vamos pegar um grupo – e isso já está acontecendo – de médicos peritos para irem, principalmente, aos locais mais distantes onde as pessoas precisam.”

Outra medida que deve ser tomada para reduzir a fila da perícia médica é o uso da telemedicina. Segundo o ministro da Previdência, o atendimento online será destinado para alguns casos e já entra em vigor no segundo semestre deste ano.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 24 de maio.

Receita libera nesta quarta-feira consulta ao primeiro lote do Imposto de Renda

A Receita Federal abre hoje, a partir das 10 horas, a consulta ao primeiro lote de restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física de 2023. O pagamento será feito em 31 de maio. O valor total das restituições será de R\$ 7,5 bilhões - o maior já pago em um lote de restituição do IR.

O lote contemplará 4,1 milhões de contribuintes divididos em 246 013 idosos acima de 80 anos, 2.464.031 entre 60 e 79 anos, 163 859 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou doença grave e 1.052.002 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério. Vão receber ainda 204.020 contribuintes que não têm prioridade legal, mas utilizaram a declaração pré-preenchida ou optaram por receber a restituição via Pix.

Conforme a Receita, o lote contempla também restituições residuais de exercícios anteriores. Para fazer a consulta, o contribuinte deve acessar a página da Receita Federal na internet e clicar nos itens "Meu Imposto de Renda" e "Consultar a Restituição".

Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 24 de maio.

Câmara dá vitória ao governo e aprova texto-base do arcabouço fiscal com 372 votos

Em uma importante vitória para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do novo arcabouço fiscal na noite desta terça-feira (23) por 372 votos a 108.

O placar expressivo mostra uma ampla folga em relação ao mínimo de 257 votos que o governo precisava reunir para a aprovação de um projeto de lei complementar. Na semana passada, a votação da urgência já havia reunido 367 votos.

"A demonstração do painel, tanto da urgência quanto do mérito, demonstra que era um texto equilibrado. Tanto que posições mais à direita e à esquerda convergiram em votar determinadas matérias", disse o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

O novo arcabouço fiscal vai substituir o atual teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas à inflação e ainda está em vigor, embora tenha sido driblado nos últimos anos. Para a substituição ser efetivada, porém, a proposta ainda depende de votação de destaques (mudanças no texto), o que está previsto para esta quarta-feira (24), e depois passar pelo Senado Federal. A expectativa de Lira é que os destaques sejam rejeitados.

A aprovação do texto-base do projeto ocorreu após modificações em seu conteúdo, mas ainda assim representa um feito relevante para o governo petista, que amargou derrota recente ao tentar mudar o Marco do Saneamento e enfrenta dificuldades para consolidar uma base de apoio no Congresso Nacional.

Pela regra proposta, o crescimento do limite de gasto do ano seguinte deve equivaler a 70% da variação da receita em 12 meses acumulados até junho do ano anterior, já descontada a inflação, desde que respeitado o intervalo de 0,6% a 2,5%. Na prática, esses são o piso e o teto de avanço das despesas, independentemente do quadro econômico do país.

Além disso, o governo precisa buscar uma meta de resultado primário, que é obtida a partir da diferença entre receitas e despesas. O governo diz buscar um déficit de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano e pretende alcançar superávit de 1% do PIB em 2026.

Caso a meta seja descumprida, a proporção de alta das despesas em relação à arrecadação cai a 50%, até a retomada da trajetória de resultados dentro do esperado.

As linhas gerais da proposta foram mantidas pela Câmara, mas os ajustes no texto seguiram até poucas horas antes da votação. Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 24 de maio.

Consumo de energia ficou estagnado em abril

O Brasil andou de lado desde abril do ano passado. O consumo de energia elétrica, um dos principais indicadores do crescimento do PIB, ficou estagnado, segundo dados da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Depois de dois meses consecutivos de avanço, o país encerrou abril com estabilidade no consumo em relação ao mesmo período de 2022 —demanda de 65.265 megawatts médios.

Desse total, 24.214 MW médios foram utilizados pelo mercado livre, que fornece eletricidade para a indústria e grandes empresas, como shoppings e redes de varejo.

O volume representou um leve aumento de 0,4% frente a igual período do ano passado. O restante, 41.051 megawatts médios, foi direcionado ao mercado regulado, no qual estão as residências e pequenos comércios, segmento que teve queda de 0,2% no comparativo anual.

Na avaliação dos 15 setores da economia monitorados pela Câmara de Comercialização, quase todos eles registraram consumo menor, exceto empresas do ramo metalúrgico —que estão de olho na retomada da economia chinesa—, da indústria alimentícia, impulsionada pelas exportações, e do comércio, que foi beneficiado pelo baixo avanço da inflação. Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 24 de maio.